



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS – GESCON/SELOG/SR/PF/AC

ANEXO IV DO EDITAL

PREGÃO Nº/2021
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA
.....**

A União, por intermédio do(a) Departamento de Polícia Federal, através da Superintendência Regional no Acre (SRPF/AC), sediado(a) à Rodovia BR 364, nº 3501 – Portal da Amazônia – Rio Branco-AC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0019-65, neste ato representado(a) pelo(a) SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ACRE, DPF ÉRICO BARBOZA ALVEZ, nomeado pela Portaria Nº 1.132, publicada no DOU de 31 de Agosto de 2020, inscrito no CPF Nº 839.820.751-04, Carteira de Identidade Nº 1844491 SSP/DF, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de **mudança da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para as categorias de Categorias "A" , "D" e "E", para servidores policiais da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre e Unidades Descentralizadas**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quant i.	Valor Unitário	Valor máximo aceitável
1	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "A" em Carteira Nacional	Und	10		R\$

	de Habilitação e material didático para servidores policiais da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, em Rio Branco-AC.				
2	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "D" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, em Rio Branco-AC.	Und	10		
3	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "E" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, em Rio Branco-AC.	Und	2		
4	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "A" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Delegacia de Polícia Federal no Município de Eptaciolândia-AC.	Und	10		
5	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "D" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Delegacia de Polícia Federal no Município de Eptaciolândia-AC.	Und	10		
6	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "E" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Delegacia de Polícia Federal no Município de Eptaciolândia-AC.	Und	2		
7	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "A" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Delegacia de Polícia Federal no Município de Cruzeiro do Sul-AC.	Und	10		
8	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "D" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Delegacia de Polícia Federal no Município de Cruzeiro do Sul-AC.	Und	10		
9	Prestação de serviços de treinamento, incluindo todas as taxas, para adição de Categoria "E" em Carteira Nacional de Habilitação e material didático para servidores policiais da Delegacia de Polícia Federal no Município de Cruzeiro do Sul-AC.	Und	2		
VALOR TOTAL (R\$)					136.917,76

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., **não sendo admitida a prorrogação, nos termos e somente poderá ser prorrogado** nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

2.2. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

~~Ou~~

3.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

3.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

5.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação..

~~6.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7.2. O pagamento será realizado à medida que for concluído cada curso. Assim, não haverá necessariamente pagamentos mensais. À medida que for concluído cada curso, o pagamento será realizado em parcela correspondente àquele curso.

7.3. O prazo de execução dos serviços será de conforme o cronograma anexo, com início (indicar a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue:

~~7.4. O prazo de execução dos serviços será de (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início (indicar a data ou evento para o início dos serviços), e seguirá o seguinte cronograma:~~

~~8.3.1 (início e conclusão)~~

~~8.3.2 (início e conclusão)~~

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

~~Ou~~

~~10.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.~~

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

LARISSA MAGALHÃES NASCIMENTO
Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional da SR/PF/AC Em Exercício

TESTEMUNHAS:

1-

2-